



PLANO DE GESTÃO RENOVAÇÃO

TRIÊNIO 2025-2027



APRESENTAÇÃO	4
DIRETORIA OAB 15	7
CONSELHO FEDERAL	10
DA OAB PARA DENTRO: MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA UMA NOVA INSTITUIÇÃO	13
OAB de portas abertas para a advocacia.....	14
Governança e Transparência.....	15
Democratização da Gestão.....	16
Valorização do ensino.....	16
Sustentabilidade.....	17
Conselho Plural e Representação Nacional.....	18
Tribunal de Ética Técnico e Imparcial.....	18
OAB Digital.....	19
Reforma e Atualização do Regimento Interno.....	19
Censo da Advocacia Paraense.....	20
Procuradoria da Advocacia e Cidadania.....	20
Estruturação do Quadro de Servidores da OAB-PA.....	20
Ampliação das salas de coworking.....	21
Conselho Plural e Representação Nacional.....	22
Advocacia dativa.....	22
Advocacia Pública.....	22



PARCERIA E DEFESA DA ADVOCACIA. POR UMA NOVA RELAÇÃO COM A CLASSE E COM O JUDICIÁRIO 23

Prerrogativas da Advocacia Paraense..... 24

Respeito aos Honorários e Tabela Atualizada..... 24

Advocacia em Início de Carreira 25

Mulheres Advogadas Respeitadas 26

Advocacia do Interior..... 27

Mais espaço para a advocacia 28

Combate à morosidade da Justiça como pauta prioritária 28

Atendimento dos advogados pelos magistrados..... 29

Custas Judiciárias..... 29

Expedição de Alvará 29

Padronização das intimações..... 30

Advocacia Pública..... 30

**DA OAB PARA FORA:
UMA NOVA CONEXÃO COM AS PESSOAS E COM A SOCIEDADE.** 31

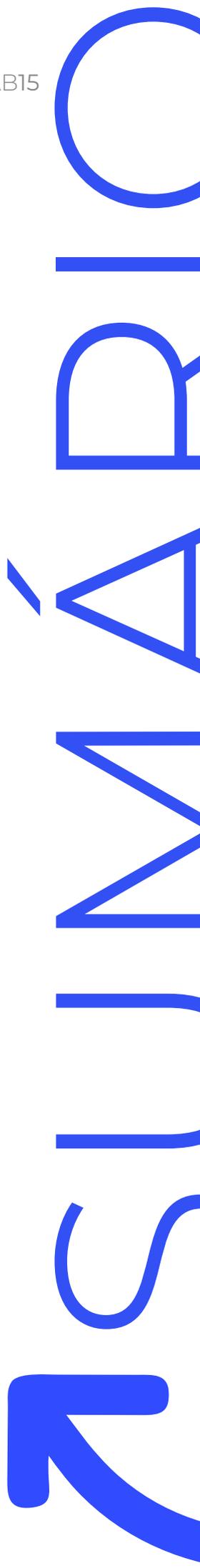
OAB de portas abertas para a sociedade 32

Participação na Elaboração de Políticas Públicas..... 34

Clube dos advogados 34

Escola Superior de Advocacia Modernizada..... 35

Uma nova Caixa de Assistência 40



APRESENTAÇÃO

A OAB deve atuar indistintamente a favor tanto da advocacia da capital como do interior, capilarizada em todos os 144 Municípios. A advocacia está presente, muitas vezes, até mesmo onde as instituições estatais não estão. Essa a importância do diálogo efetivo e democrático com toda a advocacia, o que será uma marca desta nova gestão. Dialogar com a advocacia é dialogar com a sociedade.

Entretanto, apenas ouvir a advocacia paraense não é suficiente. Cabe à OAB promover, de maneira exclusiva, a representação, defesa, seleção e disciplina dos advogados em todo o território nacional. Por isso, a OAB/PA também deve fazer a voz da advocacia paraense ecoar para todo o âmbito nacional, levando seus anseios e expectativas até sua concretização, por meio de um Conselho Federal forte, renovado e atuante.

A OAB também deve ser a voz da democracia, tarefa que exige uma reestruturação abrangente de sua gestão e atuação no Pará. Como instituição, carrega a responsabilidade de defender a Constituição, assegurar a ordem jurídica dentro do Estado democrático de direito, promover os direitos humanos, lutar pela justiça social, zelar pela correta aplicação das leis, pela celeridade na administração da Justiça e pelo aprimoramento da cultura e das instituições jurídicas, atendendo à diversidade social e suas mudanças.

Somente uma entidade realmente independente pode exercer tais atribuições. Uma OAB independente de influências políticas, de subserviência a outros Poderes, a outras Instituições. Acima de tudo, uma OAB independente de grupos que há décadas se alternam no Poder.

Redirecionar a atuação da OAB para os interesses e necessidades da advocacia paraense será a orientação principal de todas as ações da Seccional no próximo triênio. Essa luz será resgatada e a instituição voltará a ter relevante contribuição nas grandes pautas sociais, ambientais e econômicas que afligem nosso Estado.

Juntos, vamos restaurar a dignidade e o respeito às prerrogativas da advocacia no Pará. Uma gestão participativa, contempladora de toda a advocacia, independente dos pensamentos, críticas e posicionamento político. Uma OAB inclusiva, jamais excludente. Uma OAB que debata e institua políticas públicas para a inclusão social e que atue, com medidas concretas em favor da sociedade, sem esquecer dos grupos especiais e minoritários. Uma OAB preparada para acolher, respeitar e promover a inclusão, não para excluir e discriminar.

A OAB/PA será resgatada, a fim de voltar a pertencer a toda a advocacia. Sem espaço para perseguições, ostracismo ou casuísmos.

A posição no processo eleitoral não pode ser o mote da gestão da OAB. Advogadas e advogados não se dividem em oposição e situação, merecendo - indistintamente - atenção da gestão do órgão. , pois imediatamente a Advocacia voltará a se reunir em torno de um grande e comum projeto: uma instituição independente, fiel à advocacia, inclusiva e comprometida com a alternância de poder. RENOVAR A OAB é nossa bandeira!¹

¹ Este plano é construído pela advocacia e para a advocacia. Uma advocacia que se reinventa e redescobre a cada dia. Por essa razão, nosso plano estará, sempre, em permanente construção, mediante a escuta individual e/ou coletiva de todos que quiserem colaborar. Por isso, deixe sua sugestão no site www.renovaobpa.com.br .

DIRETORIA CHAPA 15



SÁVIO BARRETO
PRESIDENTE

Advogado desde 2002, Romântico e sensível, fã de Belchior, Maria Bethânia e Pink Floyd. Pai coruja, dindo da Raíssa e do Felipe, amigo leal, excelente dono de casa e designer de interiores amador.

Quase fitness (menos quando tem pizza e Netflix). Curte muay thai e é o melhor em paparicar os irmãos. É sócio-fundador do escritório Barreto & Costa. Graduado e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), também é professor universitário, atuando nas áreas constitucional, cível, consumidor, falimentar e recuperacional.



BRENDA ARAÚJO
VICE-PRESIDENTE

Advogada, mãe de uma bebê e fã de rock. Graduada pela UNAMA, pós graduada em Processo Civil e em Direito Administrativo pela PUC. Escreve e ministra aulas sobre legal design e improbidade administrativa. Foi Vice-presidente da comissão de combate à corrupção e improbidade administrativa da OAB-PA. Diretora Administrativa do Instituto de Direito Sancionador Brasileiro - IDASAN.



EVA FRANCO
SECRETÁRIA-GERAL

Advogada, com inscrição na OAB/PA nº 7664, especialista em direito público pela PUC, mestre em Direito - UFPA, Doutora em sociologia do Direito -UFPA, PHD em políticas públicas Lion - França, especialista em finanças públicas - Columbia -EUA. MBA em Direito Tributário, MBA em auditoria e controladoria pela FGV/SP. Professora de graduação e pós-graduação em Direito, contabilidade tributária, gestão pública e Orçamento. Na OAB-PA foi conselheira, presidente da ESA e Presidente Exame de Ordem.

Na vida pública foi secretaria de cultura no município e também foi secretaria de administração municipal. No poder legislativo foi assessora parlamentar e diretora de secretaria. Atua como head fiscal em escritório de gestão contábil empresarial e investimentos e também é Gestora acadêmica.



ALEXANDRE SCHERER
SECRETÁRIO ADJUNTO

É advogado, graduado pelo Instituto Luterano de Ensino Superior (ILES) e corretor de imóveis. Especialista em Direito Processual Civil, Direito do Trabalho, Direito Empresarial e Agronegócio. Atua na advocacia há quase 25 anos em todo o Brasil. Possui uma sólida trajetória no ensino superior, tendo ministrado disciplinas de Direito Processual Civil tanto na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) quanto no Centro Universitário da Amazônia (UNAMA), entre 2000 e 2020. Foi conselheiro efetivo da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Santarém, no período de 2016 a 2019.



TIAGO SEFER

TESOUREIRO

Advogado, com inscrição na OAB/PA nº16.420. Mestre em Direito pela UFPA, MBA em Direito Tributário pela FGV/RIO e Bacharel em Direito pela UFPA.

Atua nas áreas contenciosa e consultiva cível, empresarial e tributária. Assumiu em 2012, por concurso público, cargo de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará. Também é professor de Direito Financeiro e Tributário em preparatórios para concurso público. Foi conselheiro seccional da OAB/PA. Nomeado em 2023 Juiz Eleitoral Substituto do TRE/PA.

CONSELHO FEDERAL



BRUNA KOURY

Advogada Criminalista militante há 20 anos e sócia-fundadora do Escritório Koury & Corrêa Advogadas Associadas – um time formado exclusivamente por ELAS.

Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia em 2004. Pós-graduada em Ciências Criminais pela Universidade Federal do Pará-UFPA em 2006. Foi Presidente do Instituto Paraense do Direito de Defesa-IPDD nos biênios 2014/2016 e 2016/2018, além de Conselheira Titular da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pará nos triênios 2016/2019 e 2019/2021, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pará no triênio 2016/2018 e Membro Efetivo do Instituto dos Advogados do Pará-IAP. Diretora de Relações Institucionais da AAPA. Professora da pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal da Universidade da Amazônia-UNAMA



EULINA MAIA

Advogada especialista em Direito Processual.

Msc.emDireitosFundamentais-PPGDF/UNAMA.Doutoranda em Comunicação, Linguagem e Cultura - PPGCLC/UNAMA. Pós-Graduada em Direito médico e Bioética. Docente da Graduação e Pós Graduação em Direito Penal e Processual Penal - UNAMA. Coordenadora Pós graduação lato sensu D. Penal e Processo Penal - UNAMA. Conselheira Nacional da ABRACRIM no Estado do Pará. Membro do Comitê Gestor da ABRACRIM/Pa. Parecerista da Revista Brasileira de Ciências Criminais - RBCCrim. Membro Titular do Conselho Estadual de Política Penitenciária - CEPCP/Pa. Membro Titular do Conselho Penitenciário - COPEN/Pa.



LEONARDO NASCIMENTO

Leonardo Nascimento, advogado tributarista e eleitoralista, Sócio do CNPAG advogados, mestre (USP) e doutor em direito (IDP), pai da Olívia e da Luma.



MARCELO NOBRE

Advogado e professor, com sólida formação e destacada atuação tanto no setor público quanto no privado. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e concluiu seu Mestrado em Direitos Fundamentais e Relações Privadas, também pela UFPA. No âmbito público, atua como Procurador do Município de Belém desde 2006. Foi Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos do município e exerceu dois mandatos como membro do Conselho Superior das Carreiras Jurídicas de Belém. Na OAB, atuou como Conselheiro Federal em dois períodos consecutivos. Na esfera privada, Marcelo é sócio do escritório Nobre & Silva Advogados Associados S/S. Também contribuiu para o ensino jurídico como professor convidado no Programa de Pós-Graduação da Universidade da Amazônia (UNAMA) e na Escola da Magistratura do Estado do Pará. Com atuação ativa na área acadêmica, participa como palestrante em diversos eventos.



MARY COHEN

Advogada trabalhista e ativista de Direitos Humanos, com uma trajetória marcante na OAB/PA e em instituições de defesa social. Presidiu a Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA entre 2003 e 2008, onde criou o Prêmio José Carlos Castro, para homenagear defensores dos Direitos Humanos. Co-fundadora do Comitê pela Ética na Política com a CNBB, combateu práticas de compra de votos e abuso de poder. Entre 2007 e 2012, atuou na Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, assumindo a Secretaria Nacional em 2010, e integrou a Comissão de Combate à Grilagem de Terra do TJPA atuando contra fraudes fundiárias e casos de violência contra líderes comunitários, incluindo o assassinato da missionária Dorothy Stang. Fundadora do escritório Mary Cohen Advocacia, voltado à defesa dos trabalhadores, é membro da Rede Lado, uma aliança de escritórios de Direitos Humanos. Foi diretora da ABRAT e presidiu a ATEP, onde hoje é representante licenciada junto à ABRAT.



WESLEY LOUREIRO

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará. Desde 2002, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional PA. Iniciou sua trajetória profissional no final da década de 90, como estagiário e, até os dias atuais, como advogado do Escritório Jarbas Vasconcelos Advocacia. Trabalhou como auditor do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do PA no Triênio 2008/2010, Presidente da Comissão de Defesa do Direito à Liberdade de Imprensa da OAB Seção PA em 2010/2012, e Conselheiro da Seccional Suplente e Titular da OAB Seção PA nos períodos de setembro de 2014/2015 e 2016/2018. Desenvolve na Advocacia, atividades de assessoria e consultoria jurídica junto aos Sindicatos de Trabalhadores e Associações Profissionais. Sua atuação vai além do direito individual, envolvendo também negociações coletivas, dissídios coletivos e ações coletivas, atuando no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal.

DA OAB PARA DENTRO: MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA UMA NOVA INSTITUIÇÃO

OAB DE PORTAS ABERTAS PARA A ADVOCACIA

- A OAB-PA não deve pertencer a um grupo de poucos. Toda a advocacia será acolhida, seja para contribuir com a gestão, seja para divergir criticamente.
- Nenhum membro da gestão poderá ser afastado por motivações políticas.
- Os pleitos eleitorais devem ser conduzidos com lisura e a presença de uma oposição e deve ser aceita como algo bom e natural para a instituição. Deve haver alternância nos espaços de poder da OAB-PA, de modo a evitar que as mesmas pessoas conduzam a instituição por décadas.
- As eleições não serão mais realizadas sempre no menor prazo possível previsto na Lei, bem como as ferramentas tecnológicas de incentivo à votação serão utilizadas, tal como ocorreu em várias Seccionais, Brasil afora, que adotaram a votação eletrônica.
- Traremos a OAB/PA de volta ao mundo democrático e a levaremos ao mundo da tecnologia.

GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

- Implantação de uma gestão fiscal transparente, em que as receitas e despesas serão demonstradas em um Portal da Transparência tal como já ocorre nas Seccionais mais democráticas. A consolidação do Portal permitirá não apenas visualizar as despesas, mas também os contratos e demais documentos relevantes à sua compreensão. A advocacia paraense, finalmente, terá conhecimento de quanto a instituição arrecada e da destinação dos recursos.
- Na gestão administrativa, será elaborado um Plano de Gestão Anual para detalhar programas, projetos e ações da Ordem, a otimização da contratação de fornecedores e a capacitação de servidores da OAB-PA.
- Implementação de Sistemas eletrônicos para processos do TED, garantindo transparência na distribuição, impedindo o direcionamento de processos e possibilitando o acompanhamento efetivo pelos envolvidos.
- Implementação de um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle para, mediante o diálogo contínuo com a classe, permitir avaliar, direcionar e monitorar a gestão, visando à condução de políticas e prestação de serviços que atendam aos interesses da advocacia e da sociedade paraense.
- Implementação de Procedimentos para Contratações e Aquisições: Será necessária a disciplina e a implementação de regras de concorrência e transparência na OAB-PA ao lidar com fornecedores, garantindo a aplicação correta das verbas recebidas e otimizando as contratações para a instituição.
- Criação de indicadores de desempenho que permitam avaliar o progresso das metas constantes do planejamento anual a fim de garantir transparência e eficiência.
- Digitalização dos processos da OAB/PA, facilitando o acesso, garantindo mais agilidade nos serviços prestados à advocacia e modernizando o trâmite processual.

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

- Agenda aberta da diretoria para toda a advocacia contendo os seus principais compromissos.
- Restabelecimento das Assembleias Gerais da Advocacia, reuniões periódicas, abertas para toda a classe, garantindo a participação ativa da advocacia nas diretrizes da instituição, seja presencialmente ou virtualmente, prestigiando a participação os advogados e todas as advogadas do interior.
- Realização da Conferência Estadual da Advocacia e de Conferências Regionais, ao longo da gestão, para debater temas relevantes à advocacia e que serão encaminhados na forma de enunciados. Temos o compromisso com a máxima participação dos advogados, inclusive por meios digitais, em todas as localidades do Estado.

VALORIZAÇÃO DO ENSINO

- Modernização da ESA em termos estruturais e educacionais.
- Implementação de um plano pedagógico objetivando oferecer cursos nos formatos presencial e virtual, com temas atuais e relevantes, alinhados à atuação profissional, atendendo às perspectivas dos advogados e advogadas juntos às instituições em que atuam, com foco em tecnologia e inovação, ferramentas de inteligência artificial generativa (como GPT, GEMINI, COPILOT, dentre outras), o uso e proteção de dados, design da informação jurídica, visual law e linguagem.
- Resgatar e preservar a interlocução com as instituições de ensino superior e cursos de formação em Direito, sem excluir qualquer instituição de ensino, visando aperfeiçoar o ensino e a pesquisa em Direito, estimulando a troca de experiências, bem como estabelecendo parcerias em prol da educação de formação e educação continuada.

- Conquistar a independência da Escola Superior da Advocacia junto ao Conselho Estadual de Educação a fim de que possa certificar seus próprios cursos de pós-graduação.
- Criação do Processo seletivo docente por meio de um banco de cadastro de professores e professoras, objetivando uma ESA DEMOCRÁTICA, capaz de proporcionar as melhores condições à classe advocatícia.

Colegas Advogados e Advogadas,

Querem saber mais sobre a ESA? Criamos um tópico específico e detalhado, com a revolução que em breve ocorrerá. Leia, analise e colabore. Faça parte dessa construção coletiva! **Clique aqui!**

SUSTENTABILIDADE

- Estamos na capital da Amazônia, ultimando os preparativos para a COP 30. É uma oportunidade única para nosso Estado estabelecer e angariar importantes avanços na Pauta Ambiental. Mas uma OAB silente e subserviente pouco – ou nada – colabora com a sociedade.
- Será estabelecida a necessária interação da OAB com outras entidades e órgãos públicos sobre a Urgente Agenda Ambiental de Sustentabilidade.
- Incorporar na OAB/PA as práticas ESG (ambiental, social e governança), promovendo a integração de sustentabilidade ao planejamento estratégico da entidade, com pautas cotidianas sobre questões ambientais e demandas de decisões a curto e longo prazo, tais como:
 - Criação de um código de conduta verde, para orientar práticas sustentáveis, em parceria com a sociedade civil.
 - Criação de um programa de eficiência energética, voltado para a adoção de práticas sustentáveis na OAB que garanta economia de custeio, e contribuição aos novos tempos de gestão séria e sustentável com bom uso das contribuições sociais da categoria.

TRIBUNAL DE ÉTICA TÉCNICO E IMPARCIAL

- O Tribunal de Ética e Disciplina precisa voltar a ser um órgão imparcial. A primeira providência para isso será a de implementar a regra básica e essencial de distribuir o processo a um Relator por meio de um sistema eletrônico auditável.
- O Presidente na OAB-PA não poderá mais direcionar o processo para a pessoa que ele desejar.
- Criação de um Núcleo de Apoio técnico para auxiliar na tramitação dos processos, assegurando respeito à ampla defesa e ao contraditório e evitando a ocorrência de nulidades processuais.
- Todo Conselheiro e membro do TED deverá passar por curso preparatório com o objeto de conhecer a legislação aplicável e o funcionamento do Tribunal.

OAB DIGITAL

- Vamos modernizar a OAB-PA. Os serviços de rotina oferecidos pela OAB-PA, tais como registro de sociedade, registro de contrato de associado, registro de balanço patrimonial e de livro diário, emissão de certidões, distratos etc., passarão a ser realizados de forma on-line, facilitando o acesso e agilizando a sua tramitação.
- Modernizar o sistema de gestão, processual e administrativa da entidade, que não atende aos requisitos do moderno processo eletrônico, resultando em atrasos e custos desnecessários. RENOVAR A OAB passa por assegurar que todos os processos sejam eletrônicos. Será avaliada a implementação do Sistema SEI, desenvolvido pelo TRF da 4ª Região, ou outros mais modernos e que atendam à exigência de evolução da instituição.
- A tramitação de processos não poderá mais ser utilizada para favores da gestão em detrimento de poucos.

- Criação do Centro de Inclusão Digital, com funcionamento presencial e virtual, no qual a advogada e o advogado terão todo o tipo de suporte técnico para orientação a respeito do uso de ferramentas tecnológicas relacionadas ao exercício da profissão, tais como: dúvidas a respeito do uso e configuração do PJE, orientações a respeito da edição de arquivos em PDF, emissão de tokens, certificações digitais, dentre outros.

REFORMA E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

- Atualização do regimento interno, atualmente obsoleto, sem contemplar mudanças significativas na estrutura organizacional da Seccional. Sua reforma tem o objetivo de redistribuir e aperfeiçoar as atribuições de cada um de seus Órgãos.

CENSO DA ADVOCACIA PARAENSE

- Realizar o grande Censo da Advocacia Paraense, não apenas para resgatar o contato da entidade com a classe, mas para entender melhor o perfil, anseios e interesses da advocacia.
- Elaboração de relatórios com informações relevantes sobre a advocacia e a sociedade para proteger direitos e facilitar o acesso à Justiça, como o tempo médio de tramitação de procedimentos judiciais e extrajudiciais, a consolidação de dados sobre o funcionamento dos órgãos judiciários e a avaliação das razões para eventuais deficiências que prejudicam a prestação jurisdicional.

PROCURADORIA DA ADVOCACIA E CIDADANIA

- Criar a Procuradoria da Advocacia e da Cidadania, responsável pela promoção e acompanhamento das demandas de interesse da classe até a resolução final. A OAB tem como missão zelar pela organização e consolidação dos advogados como agentes de mudança social e legal. Essa atuação não se limita apenas a ações coletivas e constitucionais; é essencial intervir também em ações individuais relacionadas aos interesses da classe, como honorários irrisórios e ações indenizatórias contra violadores de prerrogativas.

ESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES DA OAB-PA

- Estruturar, profissionalizar, qualificar e valorizar os colaboradores da instituição, para melhor atender à advocacia em todo o Estado, reduzindo custos diretos e indiretos.
- Estabelecer diretrizes para regulamentar a contratação, qualificação, e promoção dos colaboradores, incentivando-os a oferecer serviços de qualidade, com a criação de um plano de cargos e salários.

AMPLIAÇÃO DAS SALAS DE COWORKING.

- A nova realidade da advocacia, sobretudo aquela que se encontra em início de carreira, exige a ampliação das salas de coworking, permitindo que a advogada e o advogado possam trabalhar, receber seus clientes e utilizar também esses espaços como domicílio fiscal.

CONSELHO PLURAL E REPRESENTAÇÃO NACIONAL

- Garantir que as comissões, conselhos e todas as instâncias da OAB/PA representem a pluralidade da advocacia paraense, comprometendo-se com a inclusão de grupos essenciais, como a comunidade LGBTQIA+, advogadas e advogados negros, advogadas e advogados com deficiência, advogadas e advogados com Transtorno do Espectro Autista, além de garantir equidade de gênero em todas as representações. Vamos promover uma advocacia que seja verdadeiramente representativa e inclusiva.
- A gestão RENOVA OAB está comprometida em fazer valer um Conselho Seccional imparcial, forte, e atuante pelos seus próprios líderes, assim como em buscar estar presente na composição das Comissões Nacionais do Conselho Federal.
- A missão PRIMEIRA é respeitar o propósito e a estrutura democrática da ORDEM DOS ADVOGADOS, firmando-se o compromisso de manter o Conselho Seccional com composição heterogênea e voltada aos interesses da advocacia, exercendo protagonismo na escolha das pautas e soberania de suas decisões, conforme a missão institucional que lhe é conferida no Estatuto da OAB.
- Em termos de representação nacional, é necessário pleitear junto ao CFOAB vagas nas comissões nacionais, em especial naquelas cujas temáticas sofrem impacto direto pelo contexto regional amazônica, como é o caso dos estudos afetos a Direito Ambiental, Minerário, Previdenciários e outros. Dessa forma, poderemos apresentar, em contexto nacional, a perspectiva das peculiaridades da atuação da advocacia na Amazônia nas respectivas áreas.
- Os advogados que já deram muitas contribuições à classe em várias vertentes de atuação no Pará, e também os advogados que por serem egressos de outras atividades profissionais fazem direito após alguns anos de profissões diversas, ao chegarem, ou retornarem à ordem precisam muito mais que serem acolhidos. E não será apenas na questão assistencial. Para os advogados idosos, a chapa Renova irá trabalhar políticas de inclusão no mercado

participativo da advocacia contenciosa ou consultiva para que escritórios possam ter a informação sobre a disponibilidade ativa desses profissionais. Muitos foram servidores públicos que após décadas, aposentaram-se e retornaram à OAB como forma de manter a atividade mental e laboral contínua. Para estes haverá espaço especial na gestão Renova OAB 15.

ADVOCACIA DATIVA

- Celebrar convênio com o TJE/PA para gerir o cadastro das advogadas e advogados dativos, aprimorando a transparência e o controle na nomeação e pagamento da advocacia dativa.

VOLTA DA VAN E FIM DOS PRIVILÉGIOS

- Restabelecer a Van de transporte da advocacia com ampliação de sua rota, inclusive com ferramentas tecnológicas que permitam consultar sua localização, itinerário e horário que passará em cada ponto.
- Os veículos oficiais da Instituição não poderão ser utilizados para compromissos de natureza pessoal do Presidente e/ou de qualquer membro da diretoria.

**PARCERIA E
DEFESA DA
ADVOCACIA.
POR UMA NOVA
RELAÇÃO COM A
CLASSE E COM O
JUDICIÁRIO.**

PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA PARAENSE

- O combate enérgico em relação aos abusos de autoridade e outras violações graves às prerrogativas deve estar sempre acompanhado de medidas administrativas e judiciais contra os infratores. Notas de repúdio e postagens nas redes sociais nunca foram suficientes.
- É preciso compreender também que o exercício da advocacia está sendo inviabilizado por violações diárias das nossas prerrogativas, que terminaram se normalizando ao longo dos anos por falta de iniciativa da OAB-PA contra elas.
- As dificuldades de agendamento no Sistema Penitenciário, os juízes que não atendem a advocacia, o desrespeito de alguns servidores, as burocracias excessivas em diversos órgãos do Poder Executivo, são alguns exemplos de violações às prerrogativas que exigem uma política específica de combate.
- Para mudar esse cenário, é necessário reconstruir o diálogo perdido entre a OAB-PA e as demais instituições, iniciando a construção de uma nova cultura de respeito recíproco entre a advocacia e os servidores/autoridades públicas.
- Criação de um canal de comunicação/aplicativo para receber denúncias sobre problemas enfrentados na profissão, preservando o anonimato quando necessário, para facilitar a identificação das autoridades que violam as prerrogativas e permitir o mapeamento dos principais problemas enfrentados pela advocacia, contribuindo para o levantamento de dados e a definição de políticas de combate.

RESPEITO AOS HONORÁRIOS E TABELA ATUALIZADA

- Garantia de que os advogados recebam honorários justos e sem burocracia, viabilizando planos de ação junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para que as ações de cobrança de honorários sejam isentas de custas judiciais e possuam uma maior simplicidade quanto aos processos de pagamento.]
- A atualização da tabela de honorários deve ser feita com diálogo e participação de todos os setores da advocacia, atendendo à especificidade necessária.

ADVOCACIA EM INÍCIO DE CARREIRA

- A jovem advocacia precisa se sentir mais acolhida pela instituição que lhe representa. Assim, firmamos o compromisso, após ouvidas as demandas em reunião específica, de atender expressivas urgências:]
 - A OAB será uma ponte entre a jovem advocacia e o mercado de trabalho, proporcionando cursos permanentes de capacitação de prática da advocacia nos principais ramos do Direito.
 - Orientação a respeito do empreendedorismo na advocacia (gestão de escritório, coaching para audiências, posicionamento em mídia digital, desburocratização da pessoa jurídica, criação de pessoa jurídica etc.).
 - Implantação do Núcleo de Apoio à jovem advocacia, um espaço próprio, administrado pela COJAD, no qual poderão ser feitas reuniões e encontros para o acolhimento da jovem advocacia com objetivo de prestar orientações face às dificuldades iniciais da carreira bem como colher sugestões sobre melhores desempenhos da Ordem no papel de responsável pelos interesses da ordem.
 - A jovem advocacia deve ser recepcionada com um curso/palestra a respeito do funcionamento da OAB, no ato do seu ingresso no Sistema para que possa compreender melhor a importância do seu Órgão de Classe e de tudo que pode oferecer, incluindo as proteções e serviços da CAAPA.
 - As solenidades de entrega de carteira devem ser conduzidas como um marco de valorização de carreira em momento solene e especial. Vamos, finalmente, resgatar o plano de apoio e incentivo à jovem advocacia aprovado em 04/11/2021 e abandonado na atual gestão.
 - Visitas periódicas às faculdades de direito para consolidar os avanços e percalços da profissão proporcionando ao quase bacharel informações relevantes sobre a profissão de advocacia.

- Implementação do projeto Jovem Diretor, com a criação de um cargo vinculado à presidência de todas as comissões temáticas a ser preenchido especificamente por advogados com até cinco anos de inscrição na Ordem.
- Promoção da formação profissionalizante para a prática real da advocacia, gestão de escritório, garantido o acesso da jovem advocacia a um ensino jurídico de excelência, com tarifas diferenciadas. Implementar polos de educação no interior para que toda a advocacia do Pará tenha acesso e continuidade de seu aperfeiçoamento profissional.

MULHERES ADVOGADAS RESPEITADAS

- Incentivo à participação feminina nas instâncias de decisão da OAB/PA, com apoio da cúpula da gestão.
- Criação de um Espaço Kids que objetivará receber eventualmente os filhos das advogadas pelo período de até quatro horas, determinado número de vezes por mês, como rede de apoio para a advogada poder cumprir seus compromissos profissionais ou pessoais.
- Promoção de letramento de gênero de pelo menos 30% dos membros do sistema OAB, especialmente os diretores, conselheiros e juízes do Tribunal de Ética e Disciplina, que abranja também teoria do feminismo negro e transfobia.
- Desenvolvimento de projetos de liderança feminina com foco no desenvolvimento de habilidades comportamentais e outras temáticas relevantes que tangenciam o empreendedorismo visando promover o aumento do número de advogadas em cargos de gerência e como sócias de escritórios de advocacia.
- Auxílio pecuniário para as advogadas grávidas e nos primeiros meses após o parto, assim como às advogadas adotantes.

- Criação de um núcleo multidisciplinar de apoio às mulheres advogadas vítimas de violência doméstica, com atendimento psicossocial, bolsa de auxílio pecuniário, e hospedagem transitória, resguardado o devido sigilo dos dados.
- Compromisso com o aumento da participação feminina nos conselhos em que a OAB tem assento.

ADVOCACIA DO INTERIOR

- A RENOVAOAB é a única chapa que apresenta um advogado do interior na Diretoria, o Dr. Alexandre Scherer, colega atuante em Santarém e região.
- Diretoria Itinerante. A Diretoria da OAB-PA vai se fazer efetivamente presente em todo o interior. Além de manter a rotina de visitar constantemente as subseções com maior número de advogados, a OAB-PA precisa dar atenção às subseções mais distantes e se fazer presente fisicamente nas mesmas, onde os problemas da advocacia tendem a ser mais intensos.
- Manutenção de agendas gerais atualizadas, também com reuniões virtuais periódicas, com uso dos recursos tecnológicos para registrar as pautas e os encaminhamentos dos avanços desenvolvidos.
- Fortalecer o Colégio de Presidentes das Subseções e construir uma relação de independência entre as Subseções e a Seccional. As decisões a respeito dos investimentos necessários para a criação de uma nova subseção, uma nova sede, uma nova sala da advocacia, não podem mais ocorrer por motivações eleitoreiras. Devem ser fixados critérios objetivos a respeito dos investimentos a serem feitos nas subseções, realizando essas deliberações no âmbito do Colégio de Presidentes, com a participação de toda a advocacia do interior.
- Criação do Núcleo de Apoio às Subseções, para administrar as demandas formalizadas pelas Subseções, seja em relação a apoio institucional ou financeiro. Essas demandas serão respondidas pela Diretoria de forma fundamentada para que as Diretorias das Subseções possam prestar contas para a advocacia de sua região.

MAIS ESPAÇO PARA A ADVOCACIA

- Buscar novos espaços dentro dos fóruns, delegacias e repartições públicas em geral, sobretudo no interior do Estado para atender a advocacia local e em trânsito.
- Implementar vagas de estacionamento para a advocacia nesses espaços.
- Buscar o diálogo permanente para captar os anseios de todas as áreas da advocacia, mediante as reuniões públicas para construção permanente do presente plano de gestão

COMBATE À MOROSIDADE DA JUSTIÇA COMO PAUTA PRIORITÁRIA

- Combater a morosidade da Justiça será pauta prioritária da OAB-PA. Justificativas como a “ordem cronológica” não têm mais cabimento. A luta por uma Justiça mais célere tem que ser feita por meio de argumentos e números, apontando com precisão aos Tribunais o que está atrasando o andamento dos processos e quais as soluções para o problema.
- Contratar estudos de jurimetria - com o objetivo de levantar o números de processos e de servidores de cada vara e o tempo de tramitação, realizar estudos comparativos para encontrar os “gargalos” e “distorções” dentro do Sistema Judiciário - é fundamental para que a OAB-PA possa sugerir e exigir melhorias para o funcionamento da Justiça.
- Buscar sempre o diálogo institucional resolutivo, porém quando a negociação não gerar resultados factíveis, a OAB-PA adotará as medidas necessárias junto ao Conselho Nacional de Justiça e outras instituições.

ATENDIMENTO DOS ADVOGADOS PELOS MAGISTRADOS

- As prerrogativas de ausência de distinção entre advogados e demais autoridades, bem como o livre acesso a todos os recintos dos fóruns por advogados, apesar de previstas em lei federal, têm sido constantemente violadas por magistrados que recusam-se a atender a advocacia, postergam os atendimentos para datas futuras, gabinetes trancados sem justificativa, ausência de informação sobre a presença dos magistrados no fórum, além de informações sobre trabalho remoto sem amparo legal. Urge que a OAB atue junto aos tribunais para restabelecer os direitos da advocacia.

CUSTAS JUDICIÁRIAS

- A gestão RENOVA OAB irá resgatar a pauta de discussão das custas judiciais que se encontram com valores excessivos no âmbito do Judiciário Estadual e encarecem sobremaneira o acesso à Justiça, com impactos relevantes na contratação dos advogados.

EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ

- Trabalhar para a desburocratização da expedição das ordens de pagamento judiciais em favor do advogado, propondo aos Tribunais que criem indicadores de avaliação deste serviço e da demora verificada em seus órgãos internos.
- Pleitear a isenção de taxa de expedição de alvará para levantamento de honorários e a possibilidade de expedição desse documento, assim como de RPVs e precatórios, em sigilo nos autos, tendo em vista a segurança das informações financeiras nela constantes.

PADRONIZAÇÃO DAS INTIMAÇÕES

- A falta de padronização das intimações por parte do TJPA submete a advocacia à grave insegurança jurídica nas práticas processuais, pois as varas adotam procedimentos diferentes no que tange a publicar decisões ora apenas no diário da justiça, ora apenas pelo sistema eletrônico do PJe, e ora em ambos. A coleta de dados nesse sentido é urgente a fim de subsidiar tratativas com a presidência do Tribunal no sentido de normatizar o procedimento.

ADVOCACIA PÚBLICA

- Defesa da Prerrogativa dos Honorários Advocatícios como verba privada pertencente aos Advogados Públicos.
- Defesa da Autonomia da Advocacia Pública para exercer seu papel como Função Essencial à Justiça.
- Defesa da Prerrogativa da Advocacia Plena para a Advocacia Pública.
- Garantia da autonomia técnica do Advogado Público e atuação nos processos administrativos que visem culpá-lo por discordância de fundamentação/opinião.

**DA OAB PARA
FORA: UMA NOVA
CONEXÃO COM AS
PESSOAS E COM A
SOCIEDADE.**

OAB DE PORTAS ABERTAS PARA A SOCIEDADE

- Vamos reaproximar a OAB-PA da sociedade. As questões sociais relativas à violação de Direitos Humanos, danos ambientais, problemas de moradia, acesso à saúde e tantos outros precisam voltar a serem pautados no Conselho Seccional, por meio de proposição das Comissões Temáticas, gerando posicionamento firme e, eventualmente, propositura de demandas judiciais.
- As Comissões Temáticas devem se reaproximar dos movimentos sociais e das grandes questões que envolvem o interesse público. A ouvidoria sistêmica será outro meio de conexão imediata entre as demandas da sociedade e os setores internos de análise, governança, e solução de demandas.
- Estabeleceremos uma comunicação clara com a sociedade e publicaremos os principais atos de interesse da classe, evitando a autopromoção.
- A Comissão de Direitos Humanos da OAB tem um papel fundamental na promoção e proteção dos direitos fundamentais. A agenda de atuação prioritária será pautada por uma abordagem transversal, colaborando com as demais comissões da OAB para garantir a defesa plena da cidadania e dos direitos humanos.
 - Defesa de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos: Priorizar a proteção de advogadas e advogados ameaçados em decorrência de sua atuação na defesa dos direitos humanos, com especial atenção às pressões exercidas pelo garimpo ilegal, desmatamento e a expansão da fronteira agropecuária sobre a Amazônia. A atuação em defesa dos territórios indígenas, quilombolas e de populações tradicionais, constantemente ameaçadas por essas atividades, coloca defensores de direitos humanos sob risco de violência e intimidação. É essencial garantir mecanismos de apoio e segurança para esses profissionais, que desempenham um papel crucial na preservação do meio ambiente e na proteção dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais.

- Direito à Memória, Verdade e Reparação: Atuar na promoção e preservação da memória histórica, com foco nos crimes cometidos durante o regime ditatorial e outros momentos de violação de direitos. A reparação às vítimas e a verdade sobre esses eventos são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática.
- Combate à Tortura: A erradicação da tortura é um compromisso permanente. Defender o fortalecimento de mecanismos de monitoramento, investigação e responsabilização de práticas de tortura, com atuação conjunta com organismos nacionais e internacionais para prevenir e punir tais violações.
- Controle da Atividade Policial e dos Agentes de Segurança Pública: Enfrentar o abuso de poder praticado por agentes de segurança pública exige monitoramento contínuo e mecanismos de controle eficazes. A comissão buscará garantir que os excessos sejam investigados e que haja responsabilização adequada, contribuindo para a melhoria do sistema de segurança pública.
- Fortalecimento e Institucionalização da Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos: Vamos promover o fortalecimento e a institucionalização da Procuradoria de Defesa dos Direitos Humanos dentro da OAB, garantindo uma estrutura robusta e recursos para atuar de forma proativa na defesa dos direitos fundamentais e no acompanhamento de casos emblemáticos.
- Acompanhamento na Jurisdição Internacional: Acompanhar os casos envolvendo o Estado do Pará na Corte e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A advocacia é indispensável à administração da justiça, e é imprescindível que a OAB intervenha nesses casos, garantindo que os direitos humanos sejam respeitados e promovidos em âmbito internacional. Nossa atuação buscará assegurar que o Estado cumpra com suas obrigações internacionais, promovendo justiça para as vítimas de violações de direitos humanos e fortalecendo o sistema de proteção dos direitos fundamentais.

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Ampliar a atuação efetiva da OAB-PA nos Conselhos Estaduais e junto a órgãos públicos onde lhe caiba ter assento como forma de contribuição na elaboração e controle de políticas públicas, aprimorando suas pautas institucionais.

CLUBE DOS ADVOGADOS

- Melhorar a infraestrutura do Clube dos Advogados é fundamental para aumentar a frequência da advocacia. Nosso Clube pode ser muito melhor. A nova gestão do Clube fará consulta ampla à advocacia para definir para onde os investimentos serão direcionados (piscina, churrasqueira, restaurante, quadra de esportes etc.). Quem decide é a advocacia.
- A Renova OAB firma compromisso com a promoção e o impulsionamento dos esportes mais praticados e demandados pela classe , dentre eles, os torneios de futebol em várias categorias, beach tennis, volêy, e outros . Haverá comissão apropriada e especializada que irá garantir a organização e utilização democrática dos espaços , assim como as agendas, horários , e vínculos institucionais.

Colegas Advogados e Advogadas,

Querem saber mais sobre o CLUBE DOS ADVOGADOS? Criamos um tópico específico e detalhado, com a revolução que em breve ocorrerá. Lei, analise e colabore. Faça parte dessa construção coletiva!

Clique aqui!

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA MODERNIZADA

- Resgatar o objetivo precípua da Escola Superior da Advocacia em vários aspectos. Primeiro no sentido de direcioná-la aos cursos de prática e de empreendedorismo que a jovem advocacia necessita para um exitoso início de carreira. Alinhar as atividades da ESA às Comissões Temáticas, a fim de explorar eventos, oficinas, cursos de aperfeiçoamento em cada área de atuação da classe advocatícia. Proporcionar cursos de letramento para a advocacia, objetivando o combate ao racismo e as desigualdades de gênero, ratificando ainda a importância das lutas da comunidade LGBTQUIA+ etc. Recuperaremos a conexão entre a ESA e o interior do Estado, levando suas atividades de modo presencial e virtual à advocacia de todo o Estado a fim de atender às peculiaridades educacionais de cada local. Instituir um processo seletivo docente democrático, amplo e acessível, a fim de que se tenha um corpo docente diverso, qualitativo e que possa oferecer um ensino de qualidade aos advogados e advogadas.
- Viabilizar a independência da ESA, mediante interlocução com o Conselho de Educação do Estado do Pará a fim de que a OAB se torne independente, certificando e chancelando cursos de Pós-graduação lato sensu, podendo emitir seus certificados de pós-graduação, oferecendo à classe alternativas de aperfeiçoamento profissional com melhores condições de custo benefício.
- Instituir um Projeto de valorização à produção acadêmica regional, como a criação de uma biblioteca digital para livre acesso às obras de juristas paraenses, respeitado o direito autoral.
- ESA JOVEM ADVOCACIA: Estimular a educação continuada, franqueando acesso à jovem advocacia, com tarifas diferenciadas em todas as iniciativas educacionais da Escola, bem como viabilizar cursos de pequena e média duração, Workshops, palestras etc., a fim de fomentar a atualização de conhecimento. Além disto, proporcionar valores diferenciados, através de parcerias com outras instituições educacionais, para que o jovem advogado tenha ampla oportunidade de escolha.

- **ESA POR EIXO TEMÁTICO:** Vincular a programação da escola com as demandas oriundas de cada comissão temática, a fim de atender as carências educacionais em cada área de atuação da classe
- **ESA INTERIOR DO ESTADO:** Interiorizar a ESA com formato institucional diferente do que vem sendo feito, sem medidas eleitoreiras. Oferecer à advocacia pertencente ao interior do estado, cursos de pequena e média duração, Workshops e palestras, seja na modalidade presencial ou virtual, a fim de propiciar o seu aperfeiçoamento técnico, bem como viabilizar polos de educação, em parceria com instituições públicas e/ou privadas.
- **ESA PROCESSO SELETIVO DEMOCRÁTICO:** Possibilitar um amplo processo democrático na seleção dos docentes valorizando a diversidade de formação acadêmica e expertise, possibilitando a rotatividade de profissionais e instituições trabalhando em parceria com a ESA. Para tanto, instituiremos um PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e um BANCO DE PROFISSIONAIS para funcionarem à realização de cada projeto.
- **ESA MONITORIA:** Proporcionar a experiência acadêmica aos jovens advogados que desejem ser monitores de professores e professoras da ESA, selecionando-os através de Processo Seletivo simplificado.
- **ESA INCENTIVO À PESQUISA E EXTENSÃO:** Criar um PERIÓDICO para promover publicações dos advogados paraenses sobre temas de interesse jurídico e temas de relevância social, dentre os quais direito das mulheres, das crianças, dos idosos, da comunidade LGBTQI+, igualdade racial, além de temas de interesse à Região Norte. Em suas publicações o periódico terá espaço reservado à jovem advocacia e minorias.
- **ESA PLANEJAMENTO ACADÊMICO:** A partir da disponibilização de cursos crescentes, complementares e interligados, em formato trimestral, permite-se ao público-alvo que selecione e agende antecipadamente sua participação, além viabilizar valores diferenciados ao contratar mais de um curso

- **ESA MULHER ADVOGADA:** Em observância com o provimento nº 164/2015 do CFOAB, principalmente no que diz respeito à realização da Conferência Regional da Mulher Advogada, promoveremos cursos permanentes voltados à valorização da mulher advogada. A partir da Conferência Regional, serão viabilizados anais a fim de reunir e compilar todos os trabalhos, pesquisas, temas, enfim, todo o conhecimento produzido no evento.
- **ESA ANTI-HOMOFOBIA E ANTI-RACISMO:** Desenvolver cursos para capacitação da advocacia quanto a defesa contra as violências homofóbicas e raciais nos seus aspectos criminais, cíveis, trabalhistas e administrativos, além de convênios para capacitação de servidores de órgãos públicos de grande interação com a advocacia, como medida preventiva à violação de prerrogativas dos advogados LGBTQI+ e negros.
- **ESA INCLUSIVA:** Desenvolver projetos educacionais que visem acolher advogados e advogadas que necessitem de uma capacitação específica para sua inclusão profissional no mercado de trabalho, bem como, capacitar tecnicamente a advocacia, de uma maneira geral, para atender os jurisdicionados que precisam de um atendimento especializado, de acordo com suas características. Dialogar com outras instituições sobre a criação de mecanismos para atendimento inclusivo. Este projeto será pensado em advogados e jurisdicionados que possuam espectro autista, surdos e mudos, PCD´S etc.
- **ESA EXAME DE ORDEM / ESA OAB UNIVERSITÁRIA / ESA ESCOLA:** Levar a ESA para as instituições de ensino superior a fim de dialogar sobre a profissão desde a sua preparação para o exame da ordem até seu ingresso no mercado de trabalho. Contribuir para a preparação dos bacharéis em Direito que se submeterão ao Exame de Ordem Unificado. Levar conhecimento sobre cidadania às escolas públicas e privadas.
- **ESA PREMIAÇÃO:** Criação de uma premiação outorgada aos criadores das melhores peças processuais nos mais diversos segmentos de atuação da classe.

- **ESA COLABORATIVA:** Viabilizar parceria com as Escolas pertencentes às diversas instituições públicas que atuam no âmbito educacional jurídico (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública etc.) a fim de aperfeiçoar o trabalho da classe advocatícia para um melhor atendimento ao seu jurisdicionado.
- **ESA 4.0:** Criação do ESAPLAY, uma plataforma contendo as informações, agenda e conteúdo educacional. Criação do ESACAST, um podcast com assuntos voltados à educação com interação de profissionais locais e nacionais; Formação em Tecnologia e Inovação para Advogados, objetivando desenvolver as habilidades tecnológicas necessárias para atuar no mercado jurídico contemporâneo, utilizando ferramentas digitais para otimizar a prática advocatícia.
- **ESA ACERVUS:** Disponibilizar fontes de pesquisa como, biblioteca física e virtual, banco de acervo de petições devidamente catalogadas por área de atuação, parceria com bibliotecas de outras instituições, públicas e privadas a fim de subsidiar o trabalho intelectual de advogados e advogadas.
- **Seleção Democrática de Docentes.** A gestão RENOVA OAB está comprometida em possibilitar amplo processo democrático na seleção dos docentes valorizando a diversidade de formação acadêmica e expertise, possibilitando a rotatividade de profissionais e instituições, e trabalhando em parceria com a ESA. Para tanto, instituiremos um PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e um BANCO DE PROFISSIONAIS professores e instrutores para funcionarem na realização de cada projeto.
- **Desenvolver a Revista ESA-OAB-PA** A gestão RENOVA OAB criará PERIÓDICO para promover publicações dos advogados paraenses sobre temas de interesse jurídico e de relevância social, dentre os quais direito das mulheres, crianças, idosos, comunidade LGBTQI+, igualdade racial, além de temas de interesse à Região Norte no cumprimento das políticas da AGENDA ESG a ser implementada pela gestão RENOVA OAB. O periódico buscará incluir publicações da jovem advocacia com destaque para trabalhos cujas relevâncias sociais clamem por análises , aprofundamento, compromisso com meio ambiente, sustentabilidade, diversidade , inclusão , e respeito aos direitos

- Valorização da Mulher Advogada e os anais da Conferência da Mulher Advogada. Em observância com o provimento nº 164/2015 do CFOAB, principalmente no que diz respeito à realização da Conferência Regional da Mulher Advogada, a gestão RENOVA OAB está comprometida em promover cursos permanentes voltados à valorização da mulher advogada. A partir da Conferência Regional, serão viabilizados anais a fim de reunir e compilar todos os trabalhos, pesquisas, temas, enfim, todo o conhecimento produzido no evento.
- Homofobia e Racismo. A gestão RENOVA OAB promoverá cursos para capacitação da advocacia quanto à defesa contra as violências homofóbicas e raciais nos seus aspectos criminais, cíveis, trabalhistas e administrativos, além de convênios e parcerias para capacitação de servidores de órgãos públicos de grande interação com a advocacia, como medida preventiva à violação de prerrogativas dos advogados LGBTQI+ e negros.
- Portal ESA. A gestão RENOVA OAB está comprometida em modernizar o acesso on-line às atividades realizadas pela ESA, em especial irá solidificar a relação com os advogados/as do interior facilitando-lhes o pleno acesso à cursos, palestras, encontros, e TODOS os meios de viabilidade de atualização e desenvolvimento do conhecimento jurídico mais amplo com as constantes reformas do ordenamento jurídico legislativo.
- Criação da Bolsa de Estágio OAB, concedida aos alunos com melhores notas de ingresso nos cursos de Direito nas faculdades da capital e em cidades do interior, a partir de convênios com escritórios de advocacia.

UMA NOVA CAIXA DE ASSISTÊNCIA

- A maior parte da advocacia não conhece a Caixa de Assistência e sua finalidade. Isso é inaceitável. A Caixa precisa ir muito além das obrigações regimentais de assistencialismo. Tem que oferecer serviços efetivos para a classe.
- Implantar um plano de incentivo à saúde, por meio do oferecimento de serviço de clínica geral, nutricionista e consulta psicológica em valores subsidiados/gratuitos.
- Fomentar um plano de compra coletiva, especialmente para a aquisição de computadores e outros equipamentos eletrônicos. A Caixa de Assistência deve oferecer vantagens reais que incentivem a advocacia a manter a sua anuidade em dia.
- Ampliação da rede de convênios e descontos, de modo que as parcerias possam contemplar todas as necessidades da advocacia, de forma plural e inclusiva, buscando uma rede de convênios e descontos que atenda os anseios da jovem advocacia a advocacia mais experiente, com um cuidado especial em relação aos serviços e produtos essenciais ao exercício da profissão.
- Ampliação dos serviços médicos na sede da CAAPA e nas subseções polo de suas respectivas regiões, com um plano de incentivo à saúde, por meio do oferecimento de serviço. Com retorno imediato das especialidades médicas de ginecologia, dermatologia e psiquiatria promovendo o bem estar da saúde mental desde o início da carreira até os advogados mais experientes.
- Mais qualificação para os funcionários e colaboradores da CAAPA. É fundamental que haja mais investimento da preparação do quadro funcional para melhor atender as advogadas e advogados que utilizam os serviços da CAAPA.
- Club da Advocacia em Belém. Sabemos do grande desafio que enfrentaremos

na melhoria da infraestrutura do Clube da Advocacia, que é fundamental para aumentar o aumento no fluxo de advogados, advogadas, estagiários e seus familiares. Ampliando, inclusive, seus dias de funcionamento. No clube faremos:

- a) Iluminação do campo de futebol;
 - b) Reforma e climatização do salão de festas do clube;
 - c) Reestruturação do restaurante do clube;
 - d) Reforma dos banheiros (incluindo acessibilidade);
 - e) Cobertura da arquibancada do campo de futebol;
 - f) Instalação de banheiros atrás dos bancos de reserva do campo de futebol.
- Criação do ESPAÇO KIDS CAAPA. Em que pais e mães que exerçam a advocacia tenham um espaço reservado para deixar seus filhos sob cuidado de profissionais qualificados durante o exercício da advocacia;
 - Criação de programas permanentes de cuidado a saúde mental da advocacia do Estado do Pará, com plantão on-line para atendimento emergencial
 - CAAPA SOLIDÁRIA. Faremos em todo trimestre campanhas de arrecadação de itens como leite, fraldas, cestas básicas, para campanhas solidárias, levando a advocacia até a sociedade civil mais vulnerável;
 - NOVAS DIRETORIAS. A CAAPA na gestão RENOVAOAB criará diretorias regimentais que contemplará núcleos específicos da advocacia, como:
 - I. Diretoria de Integração;
 - II. Diretoria CAAPA Jovem;
 - III. Diretoria CAAPA Sênior;

IV. Diretoria CAAPA mulher.

- ESPORTE. Teremos um calendário anual de atividades esportivas, contemplando várias modalidades de interesse da classe.
- Criação do GRUPO DE CORRIDA CAAPA RUNNERS. Em que será ofertado gratuitamente aos advogados, advogadas e estagiários inscritos na OAB/PA treinamento de corrida de rua, com profissional habilitado, três vezes por semana.
- CAAPA no interior. Iremos implementar serviços de fisioterapia, odontológico e clínica médica em subseções polo; reestruturar o clube da advocacia de Santarém e de Altamira. Desenvolver um calendário esportivo incluindo as subseções; integrar e ampliar o Circuito de Corrida de Rua da OAB/PA; Realizaremos visitas periódicas em todas as subseções, observando de perto suas necessidades e ampliando a rede de descontos e serviços no interior do Estado;